

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	22. NOV. 1974	COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

## ANGOLA NA HORA DA DESCOLONIZAÇÃO-2

# Que pretende a F.L.N.A.?

por MANUEL BEÇA MURIAS

LUANDA. — (Do nosso enviado especial).

Depois do 25 de Abril, dizer-se que Angola constituía um caso especial tornou-se um lugar comum — e tantas vezes foi repetido, que ainda não se cuidou de fazer uma crítica séria ao processo de descolonização previsto para o imenso estado, partindo do princípio, talvez, que ele contemplava essa especialidade. Acontece, porém, que a realidade já provou que esse processo está largamente ultrapassado, e que deve ser substituído por fórmulas mais dinâmicas de apli-

função de árbitro, está a fazer batota ou a apitar mal. (Isto para utilizar as imagens utilizadas ainda há dias na minha presença pelo presidente da Junta Governativa.)

A acusação básica é a de que a Junta Governativa está disposta a entregar Angola ao M.P.L.A. Os reacçãoários, olhando para a Guiné-Bissau e para Moçambique, onde os partidos-irmãos do M.P.L.A. subiram ao Poder e presidem aos destinos do povo em estreita colaboração e no melhor entendimento com o Governo Portu-

A tentativa da F.L.E.C. em Cabinda, as greves dos camionistas em Luanda e outras paralisações de trabalho com características «selvagens», a onda de boatos, difamações e insultos, os bárbaros atentados contra vidas e pessoas nos musseques por indivíduos que se faziam passar por militantes do M.P.L.A., a «notícia» sabiamente explorada da substituição do almirante Rosa Coutinho estariam assim integradas num todo que havia de culminar no dia 15 com um comunicado da F.N.L.A., transmitido pela Rádio de Kinshasa e que o partido de Holden Roberto tentou sem êxito fazer publicar nos órgãos de informação de Luanda, no dia 16.

em 14-11-74), se acolham à presidência knica de Agostinho Neto (veja-se a mesma entrevista, onde Lucio Lara declara que Chipenda se excluiu a si próprio do movimento). E a F.N.L.A. não ignora esse facto, nem tão-pouco que a posição portuguesa é a de reconhecer Agostinho Neto enquanto chefe democraticamente eleito e considerar as cisões como questões internas dos partidos (declarações de Vasco Lourenço ao «Diário de Notícias», em 18-11-74, confirmadas anteontem em entrevista à Radiotelevisão Portuguesa).

Quanto à situação de instabilidade que se vive em Luanda, a F.N.L.A. (veja-se a entrevista já citada de Vaal Neto), considera que os movimentos, dada a sua

darra», a proclamação da F.N.L.A. punha como alternativa para a guerra civil o total bloqueio à acção da Junta Governativa, pois «correr com eles para Lisboa é assegurar o direito do povo a dirigir os seus próprios destinos e vitória, pois só isso poderá ser chamado propriamente libertação». (...) «O sangue derramado pelos nossos irmãos negros e brancos, desde o dia 15 de Março de 1961, não pode ter sido em vão, mas, se foram já ultrapassadas as maiores veleidades por parte de personalidades que não reconhecemos como dirigentes de Angola no pleno uso dos seus direitos, afirmava ainda o documento, no que podia ser entendido como um desejo de contactar directamente com o Governo de Lisboa...» E num apelo à «maioria silenciosa»:

«Soldado angolano, funcionário público, comerciante, industrial, agricultor, intelectual — oferecemos-te os caminhos da paz e da justiça, pois a guerra civil é um terrível monstro que nos querem impor; é essencial para tanto que te apresentes de coração aberto para melhor poderes aceitar a responsabilidade a que o momento presente te obriga.»

São conhecidas as tendências do sector económico de Angola — lembre-se que algumas das suas figuras foram trazidas para Caxias, por suspeita de sabotagem económica do processo de descolonização. Pois também a alta finança é contemplada no documento com um apelo alarmista:

«O sector económico sabe que tem a destruição pela frente, conduzida por homens que são dirigidos pelo imperialismo e por parcelas de movimentos que o povo não reconhece...»

Este documento, de cujo conteúdo foram informados os dirigentes dos principais movimentos e partidos angolanos, era de tal forma inesperado que as autoridades começaram por duvidar dele, e consideraram-no apócrifo. Mas posteriormente, foi confirmado pela delegação da F.N.L.A. em Luanda, cujos dirigentes, também por mim abordados, quando se retiravam de uma reunião de emergência no Palácio do Governo, o não desmentiram.

### Um pouco de pré-história

Os próximos dias serão fundamentais para a definição das



Rosa Coutinho, rodeado pela Junta Governativa de Angola, a que preside

cação do espírito do Programa do Movimento das Forças Armadas.

É evidente que um aumentar da cadência no ritmo da descolonização antes mesmo de começar a verificar-se na prática, e não passando, ainda, de convicção que se apercebe no espírito de alguns responsáveis, foi motivo bastante para que fosse montada uma ponte reacçãoária, com os seus principais pilares em Angola, mas com outros apoios firmemente implantados no exterior da colónia.

Será difícil provar as cumplicidades tecidas e denunciar claramente os responsáveis por estas manobras — mas parece-me evidente que as forças reacçãoárias, face à coragem demonstrada pelo almirante Rosa Coutinho e pelos seus colaboradores, estão apostados em destruir a sua imagem, e convencer Lisboa e o povo angolano de que, na sua

guês, concluíram que o almirante Rosa Coutinho estava prestes a lançar Angola nos braços de Agostinho Neto.

Tal afirmação gratuita que ouvi, com maior ou menor clareza, várias vezes formulada em Luanda, pelos colonos brancos, mas não só, serve de móbil às forças reacçãoárias para lançar uma campanha de descrédito e de subversão e a um tempo de tentar impor figuras mais moldáveis aos seus designios à testa da Junta Governativa e ao mesmo tempo desacreditar e procurar desmantelar o M.P.L.A. Isto é, acusando as autoridades de favoritismo em relação ao M.P.L.A., pretendem os reacçãoários e os oportunistas e racistas (brancos e negros) criar condições difíceis à vida daquele partido e instituir situações preferenciais, agora sim, mas para eles próprios...

### Posições contraditórias

A esse documento referir-me-ei mais adiante, mas, para melhor o entender, é necessário fazer a análise das últimas posições políticas assumidas pela F.N.L.A., após a abertura em Luanda da sua delegação.

Tal como Hendrick Vaal Neto declarou ao «Diário de Notícias» em Luanda (edição de 16-11-74) o partido considera urgente o estabelecimento de uma frente comum de negociação com o Governo Português — mas rejeita essa frente sem a presença de um M.P.L.A. unificado. Só um milagre diplomático poderá fazer com os dissidentes do M.P.L.A., nomeadamente Chipenda, que até já se declarou disposto a retomar as hostilidades e introduziu recentemente um grupo armado no interior de Angola, para cometer desastros em Dalatando (entrevista de Lucio Lara ao «Diário de Notícias»

experiência de catorze anos de luta clandestina, têm a capacidade de detectar determinados fenómenos que escapam à observação das polícias, mas em contrapartida define como pertencendo ao Governo Português a manutenção da ordem e rejeita a sua obrigação de tomar qualquer iniciativa para denunciar os culpados da agitação suburbana, culpados esses que insinua a todo o momento ser o M.P.L.A. Mas a verdade é que a F.N.L.A. passeia por Luanda os seus militantes armados, em evidente desafio aos acordos estabelecidos, motiva as populações para que solicitem o auxílio dos seus soldados negros impecavelmente uniformizados e bem armados... (O M.P.L.A., conforme noticiámos ontem, organizou milícias que agarraram alguns agitadores e os entregaram às autoridades, fazendo prova, pelo menos, de que não eram seus militantes.)

### O «documento» da F.N.L.A.

Quando, na capital angolana, se procurava fazer a interpretação fria de tais posições, em conjugação com os factos que se iam desenrolando, mas precisamente num momento em que a insegurança nas ruas, devido à ordem de atirar sem aviso dada aos militares, parecia querer crescer, a F.N.L.A. leu, através da Rádio de Kinshasa, e pretendeu publicar nos jornais de Luanda, o tal comunicado de teor altamente insultuoso para com as autoridades portuguesas em Angola, que acusavam de estar a trabalhar para entregar a colónia ao «imperialismo internacional».

Numa linguagem digna do mais apurado redactor do «Ban-

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	22. NOV. 1974	COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

# Que pretende a F.L.N.A.?

(Continuado da pág. ant.)

verdadeiras intenções da F. N. L. A., e justifica-se fazer um pouco de pré-história, recuando até à época em que o movimento se intitulava U. P. A. (a F. N. L. A. nasceu em 1966 da fusão com o Partido Democrático Angolano — P. D. A.). Holden fez várias viagens aos Estados Unidos, onde a recém-instalada administração Kennedy decidira apoiar o nacionalismo africano. O objectivo de Washington era encontrar «chefes não comunistas a quem pudessem dar a sua bênção», segundo afirma o prof. Michael Samuels, que num artigo publicado no volume «Portuguese Africa — A handbook» (Pall Mall Press, London), cita ainda uma afirmação de Hella Pick, no Manchester Guardian em 22 de Março de 1962, pela qual Roberto teria obtido o apoio da Casa Branca. Outro autor, James Duffy (Portugal in Africa, Londres, 1962), escreveu que «uma autoridade sobre comunismo internacional, a Central Intelligence Agency parece ter feito uma investigação sobre a U. P. A., dando-se por satisfeita por ela ser um autêntico partido nacionalista africano, livre de qualquer associação com o comunismo». Quando Kinshasa

se chamava Leopoldville — afirma Michael Samuels —, Holden Roberto gozava de livre acesso à Embaixada Americana, que lhe passava os seus vistos para visitar a América, no passaporte turístico que o acompanhava sob o nome de Jose Gimore.

Se não apoio oficial, a América deu-lhe suporte indirecto, através do American Committee on Africa, da Fundação Ford e da A. F. L. — Cio, tendo Irving Brown, um dos seus chefes, conferenciado com Holden Roberto em Leopoldville, em 1961.

Será por acaso que um importante dirigente da CIA, que, ao que parece, esteve em Portugal antes do 28 de Setembro, também teria passado há pouco por Luanda? Será por acaso que um jornal sul-africano «noticiava», há dias, que Portugal havia pedido auxílio internacional para suster a onda de violência em Luanda, sem que ninguém sequer suspeite onde o periódico foi buscar «informações» para fundamentar a sua mentira?

Estas perguntas ficam no ar — e, por certo, que a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros ao Zaire, o grande sustentáculo (directo) da F. N. L. A., e a vinda a Lisboa do conselheiro de Mobutu irão contribuir para repor as coisas e a F. N. L. A. no lugar que lhe compete.